

RESENHAS/REVIEW

GÊNERO, EDUCAÇÃO, TRABALHO E MÍDIA

GENDER, EDUCATION, WORK AND THE MEDIA

Tânia Suely Antonelli Marcelino BRABO (org)¹

Rodrigo Biagini COSTA²

Publicado em 2010 pela editora Ícone, o livro *Gênero, Educação, Trabalho e Mídia*, organizado pela professora Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, é resultado da V Semana da Mulher, evento realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília e promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília, tendo como tema central *Mulher e relações de poder no século XXI*. O livro possui um total de onze capítulos, que focalizam questões tais como: democracia, violência, sexualidade, identidade, movimentos sociais, educação, deficiência e política, os quais são desenvolvidos na perspectiva de gênero.

Findada a leitura dos capítulos foi possível compreender que as autoras analisam estereótipos, hierarquias, rupturas e permanências que perpassam o gênero, lançando, em alguns momentos, um olhar visceral, para si mesmas, mas também para outras mulheres que, assim como as autoras, são mães, trabalhadoras, militantes, ou seja, mulheres que convivem de uma forma ou de outra com as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

No primeiro capítulo, Eva Alterman Blay discute os direitos das mulheres, feminismo e democracia. Temas estes que são focalizados numa interlocução entre passado e presente, como forma de tecer toda a complexidade social. Desta forma, faz uma análise sobre a atuação e

¹ BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Gênero, educação, trabalhos e mídia*. São Paulo: Ícone, 2010. 171p. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo é professora da Universidade Estadual Paulista, Campus Marília e pesquisadora na área de educação, gênero e direitos humanos.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Bolsista FAPESP. biagini_ufop@yahoo.com.br

os questionamentos de Olympe de Gouges, revolucionária francesa, que resultam na elaboração da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Analisa, além do mais, a participação e a inserção das mulheres na política brasileira, bem como a atuação do movimento feminista no desenvolvimento de políticas públicas, pautadas nas necessidades específicas das mulheres.

Após uma análise da constituição e atuação das mulheres no plano político, o segundo, o terceiro e o quarto capítulos do livro, elaborados respectivamente por Maria de Fátima Araújo, Ana Yara Paulino e Renata Biagioni, enfocam as diversas vivências de violência contra as mulheres, ou seja, nas relações afetivas, no mercado de trabalho e no sistema prisional. Seus estudos confirmam um dado preocupante, que “a violência contra a mulher continua sendo um grave problema social no Brasil e no mundo, apesar da luta feminista em torno da questão” (ARAÚJO, 2010, p. 19).

Araújo (2010), em seu texto, traz alguns dados referentes à pesquisa realizada na cidade de Assis, que desnudam os relacionamentos heterossexuais, na tentativa de evidenciar os meios de negociação, os motivos da agressão, além de tentar compreender a submissão feminina em relações afetivas consideradas abusivas.

Paulino (2010), como socióloga e pesquisadora do DIEESE, traz alguns dados referentes ao mundo do trabalho e à participação feminina, evidenciando que a conquista do direito de trabalhar nas mais diversas atividades existentes, não caminhou em conjunto com a equidade, pois há alguns entraves que permanecem na contratação feminina, tais como: menor salário em comparação com os homens; adoção de critérios discriminatórios no processo de seleção (idade, peso e beleza); assédio sexual e moral; entre outras situações que acabam por vitimizar as mulheres trabalhadoras.

Em relação ao sistema prisional, Biagioni (2010), enquanto juíza de execução criminal da cidade de Marília (SP), ressalta informações importantes sobre as mulheres encarceradas na Cadeia Pública de Vera Cruz. Segundo a autora, entre as mulheres presas, cinquenta por cento estavam ali por envolvimento com o tráfico de entorpecentes, em oposição aos homens que, em sua grande maioria, cometeram crimes contra o patrimônio, furtos, latrocínio e roubos. Adotando uma perspectiva comparativa, ainda observa que a reincidência entre os homens é maior do que entre as mulheres, assim como que as mulheres possuem uma escolaridade maior do que eles. Os dados ainda

evidenciam a diferença quanto ao motivo do crime, quanto ao abandono ou acompanhamento pela família da pessoa encarcerada, entre outras tantas questões presentes no capítulo.

Os três capítulos que abordam a violência contra as mulheres, não possuem a pretensão de esgotar a temática, pois, como observa Araújo (2010), mais pesquisas devem ser realizadas no Brasil para que seja possível traçar um quadro completo da situação e suas diversas faces.

Enquanto os capítulos anteriores trazem para o/a leitor/a a realidade da política e da violência, o quinto, o sexto, o sétimo e o oitavo capítulos nos convidam a refletir sobre a atuação da mídia que, por meio da televisão, revistas, filmes e livros, difunde imagens de um ideal feminino a ser seguido, criando, assim, uma idealização perspectivada pela padronização que, na maioria das vezes, ou não condizem com a realidade ou simplesmente reduzem a pluralidade de gênero a alguns modelos pré-estabelecidos.

Posto isso, Iara Beleli (2010), em seu texto, o quinto capítulo, busca desvendar os saberes difundidos por determinadas campanhas publicitárias, que reduzem os corpos femininos a objetos de consumo. Sendo assim, não é de se estranhar que as mulheres brasileiras sofram adjetivações, tais como: a cor do pecado; a mais sensual de todas as Evas; mania nacional; exótica; entre outros tantos adjetivos que criam no imaginário a morena quente, que é propagada não só no Brasil, como também no mundo, criando a imagem da mulher brasileira.

Dulce A. Adorno-Silva (2010), no sexto capítulo, ao analisar o texto *A farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente; e os livros *Senhora*, de José Alencar; *Fogo Morto*, de José Lins do Rego; e o *Código Da Vinci*, de Dan Brown, demonstra que os mesmos perpetuam o patriarcado através de suas personagens femininas que, de uma forma ou de outra, se vêm presas pela submissão ao pai, ao casamento, ao orgulho e à orientação daqueles que, supostamente, detêm o conhecimento, como no caso da personagem Sophie do livro de Dan Brown. No entanto, sua análise não se reduz apenas às obras literárias, também aborda filmes como *Ponto Final*, de Woody Allen, no qual as duas personagens femininas entregam os rumos de suas vidas para o personagem masculino. Para a autora, tal situação corrobora para reduzir a mulher a “[...] uma imagem a ser capturada por olhares: os que dirigem e os que recebem – e não chega a ser um dos sujeitos de uma relação de troca” (ADORNO-SILVA, 2010, p. 67).

No sétimo capítulo, escrito por Marlene de Figueiredo Avelar (2010), o foco da análise recai sobre a mídia e a construção das identidades

sociais. Por esta forma, a autora elabora uma revisão histórica que, apesar de ser breve, consegue abordar valores (produção e reprodução de símbolos e rituais) essenciais na sociedade pré-moderna. Nesta perspectiva, Avelar (2010) avança sua análise até chegar à indústria cultural, desenvolvida no século XIX que, com os seus folhetins reproduzidos através do rádio e que mais tarde chegariam aos lares por meio dos aparelhos televisivos, perpetuariam modelos de conduta para o público feminino, levando, assim, a uma dicotomização entre os gêneros.

Se até aqui a mídia foi apontada como um meio de divulgação de modelos pré-definidos, no que tange à questão de gênero, no capítulo oito, desenvolvido por Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo (2010), a mídia passa a ser vista, quando bem utilizada, como um meio de divulgação de novos padrões. Para a autora (2010, p. 111) “os meios de comunicação são instrumentos que podem estar a serviço da educação, da cidadania, da mudança” desde que haja uma conscientização em relação às lutas empreendidas pelos movimentos feministas e femininos, que contribuíram para o avanço dos direitos das mulheres e também cooperaram para uma revisão e sensibilização do olhar de todos/as para as desigualdades presentes na sociedade capitalista.

Após quatro textos trazerem à tona a relação entre gênero e mídia, os próximos três versam sobre a educação, considerando não apenas o gênero, mas também a realidade de um assentamento rural, a deficiência, a sexualidade e as políticas e práticas educativas.

Desta forma, Maria Aparecida de Moraes Silva (2010, p. 128) examina o assentamento *Bela Vista*, localizado no município de Araraquara, no Estado de São Paulo, considerando o processo de constituição do assentamento, assim como as mudanças e disputas advindas ao longo do tempo. Destarte, ao observar o papel das mulheres assentadas, acaba por fornecer alguns dados que apontam para o reconhecimento das mesmas enquanto agentes de transformação do local ocupado e da realidade agrária de uma forma geral. Na sua análise ainda destaca a importância das escolas e dos/as profissionais da educação no desenvolvimento dos assentamentos, contudo, faz a ressalva de “[...] que a implantação de qualquer projeto educacional para ter eficácia não pode ser feita de cima para baixo ou por meio de decretos e leis [...]”, mas através do reconhecimento das especificidades deste mundo social.

Tomando como eixo de análise a deficiência, Mary da Silva Profeta (2010), no décimo capítulo, reflete sobre as barreiras existentes nos países

industrializados para as mulheres com deficiência, empecilhos estes que podem ser visualizados ao analisar os dados publicados em pesquisas voltadas para a educação e para outros aspectos da vida, como saúde, salário, matrimônio, entre outros que perpassam a vida de qualquer ser humano independente de ser deficiente ou não. Para finalizar o texto, a autora chama a atenção para um dado preocupante, qual seja, apesar do Brasil se destacar pela grande quantidade de leis para proteção das pessoas com deficiência, também se destaca por não cumpri-las.

Por fim, no último capítulo, Cláudia Vianna (2010) busca compreender a forma como a escola trabalha a sexualidade, reconhecendo que a cultura escolar não se constrói de forma neutra e que carrega consigo as configurações e produções advindas da sociedade. Posto isso, avalia os referenciais curriculares produzidos para a educação infantil, como para o Ensino Fundamental (Parâmetros Curriculares Nacionais) e pondera sobre as formas que estes materiais discorrem sobre o corpo humano, sexualidade, gênero e doenças sexualmente transmissíveis, além de considerar os reflexos destas propostas sobre a produção dos livros didáticos. Demonstra, assim, os riscos de se desconstruir identidades, no período de escolarização das crianças.

Em suma, nos onze capítulos presentes no livro, os textos encontram-se interligados não só pela temática, a questão de gênero, mas por uma leitura crítica do que está posto, consolidado e deturpado em nossa sociedade.

Sendo assim, as autoras contribuem com o tema ao evidenciarem que o avanço dos direitos é um processo eminentemente histórico, e que pode ser dar de forma restrita em determinados setores da sociedade. Se na Revolução Francesa imperava o lema de *liberdade, igualdade e fraternidade*, não quer dizer que o mesmo atingisse a todos/as, a partir do momento que desconsiderou as mulheres que fizeram parte do processo revolucionário. Destarte, pessoas como Olympe de Gouges serviram para questionar as relações de poder, propondo assim uma nova possibilidade de se pensar o papel das mulheres na sociedade.

Os movimentos sociais do século XX, como o feminista, serviram para ratificar a luta por novos direitos, levando assim à produção de um corpo legislativo no Brasil e no mundo, que caminharia no intuito de superar a desigualdade, como se pode ver na Constituição Federal Brasileira, de 1988, que, graças ao movimento, à sociedade civil e à bancada feminina no processo constituinte trouxe mudanças

consideráveis para o corpo do documento. A Constituição ao reconceituar “[...] a família, abolindo o pátrio poder e a figura do chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio [...] e previu a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica” (BRABO, 2010, p. 106).

No entanto, a luta para a afirmação da mulher enquanto sujeito social, não se limita à produção de leis, mas também à reconfiguração de valores e atitudes presentes no cotidiano, conscientizando as pessoas de que a sensibilidade do olhar nos permite, enquanto seres históricos, construir um cotidiano, no qual a diferença se torne mais um ponto positivo da realidade.